



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

A Tereos Internacional S.A. ("Tereos Internacional" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e áreas relacionadas do relatório dos Auditores Independentes, as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicadas pelo IFRS (*International Financial Reporting Standards*). A Tereos Internacional reportou resultados sólidos no ano fiscal 2013/14, principalmente como resultado de maiores volumes de vendas para todos os segmentos. Melhores preços de etanol no Brasil sustentaram o crescimento da receita conjuntamente com o efeito de impacto cambial positivo devido ao fortalecimento do Euro em relação ao Real. Por outro lado, as receitas foram negativamente impactadas pela redução dos preços do açúcar e de amido e adocantes na Europa, segundo a queda dos preços de cereais devido à demanda mais fraca na União Europeia. A geração de caixa, medida pelo EBITDA ajustado, apresentou também expressivo aumento, em grande parte devido a uma melhor diluição de custos e maiores vendas de energia na divisão de cana-de-açúcar no Brasil. Quanto ao endividamento da Companhia, o processo de desalavancagem permaneceu em curso, com o programa liquidativo de investimentos no Brasil praticamente concluído. A relação dívida líquida/EBITDA apresentou uma queda de 4,2x em 31 de março de 2013 para 3,7x em 31 de março de 2014. A safra de 2013/14 foi marcada por importantes conquistas para a Tereos Internacional. No segmento de cereais, a Companhia estabeleceu presença na Índia com a aquisição de 50% da Redwood e continua fortalecendo sua presença na China com o plano de melhoria operacional e diversificação da unidade Tieling, e também com a construção da unidade Dongguan. No Brasil, as vendas de glúten da unidade de Palmítal avançaram à medida que a carteira de clientes cresce. Na Europa, a melhoria da utilização da capacidade da unidade Lillebonne e o mix de produtos mais diversificado (glúten/dextrase) contribuíram para melhores resultados em base anual deste segmento. No segmento de açúcar, as operações no Brasil já estão colhendo os benefícios do programa plurianual de investimento e ganho de eficiência iniciado em novembro de 2012. O custo de produção de açúcar aumentou 8% para 19,7 milhões de toneladas como consequência de altos rendimentos agrícolas, enquanto as vendas de energia subiram 38% para 711 GWh, com o início das operações de co-geração das unidades São José e Mandu. Abaixo estão relacionadas e detalhadas as principais realizações da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2014. • Em outubro de 2013, a Petrobras Biocombustível realizou um aumento de capital de R\$225 milhões atingindo participação de 39,6% na Guarani. Nesse mesmo mês, a Guarani refinou USD190 milhões em títulos de curto prazo de duração de 5 anos a menor taxa de juros, em novembro de 2013. • A Tereos Internacional, a Tereos e a Wilmar International Limited receberam todas as aprovações regulatórias para a formação de uma nova *joint-venture*, após a aquisição pela Tereos Sural de uma participação de 49% numa fábrica de amido de milho em Tieling (provincia de Liaoning, Norte da China) com uma capacidade de processamento de 700 mil toneladas por R\$75 milhões. • Em janeiro de 2014, a Tereos Internacional estabeleceu sua presença na Indonésia por meio de uma parceria com o grupo FKS. A Companhia adquiriu 50% das ações da Redwood Indonésia. A aquisição foi finalizada em 23 de maio de 2014. A fábrica de amido localizada em Olegon, no Norte da Indonésia, tem uma capacidade de processamento de 330 mil toneladas de milho, e produz e vende amido nativo, xaropes de glicose, farinha de glúten e produtos para alimentação animal.

Mercado de Açúcar: Açúcar. No período de abril de 2013 a março de 2014, as cotações internacionais do açúcar bruto apresentaram volatilidade, principalmente no segundo semestre da safra, atingindo a máxima de 19,50 centavos de US\$/lb em 18 de outubro de 2013 e a mínima de 14,74 centavos de US\$/lb em 29 de janeiro de 2014. Na média, no entanto, os preços foram inferiores aos praticados na safra anterior em 16,3%. As cotações de açúcar no mercado doméstico em reais, expressos pelo indicador ESALQ, estiveram, na média, 8,2% mais baixas que as da safra anterior, tendo atingido seu maior nível em 30 de outubro de 2013, com uma cotação de R\$52,94 por saca de 50 kg. Essa tendência de queda no preço do açúcar observada na safra 2013/14 está relacionada, entre outros fatores, ao quarto ano consecutivo de excedente entre a oferta e demanda global de açúcar, reflexo de safra recorde no Centro Sul do Brasil além de boas safras no hemisfério norte. Como resultado, o indicador de estoque-consumo mundial de açúcar atingiu o maior nível dos últimos 10 anos. Na safra 2013/14 do Brasil, foram processadas 597 milhões de toneladas de açúcar de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil, representando um crescimento de 12% em relação à safra anterior graças aos investimentos realizados nas lavouras de cana-de-açúcar nos últimos anos e ao regime de chuvas favorável ao longo da safra. Com um mix de produção voltado 45% para o açúcar, foram produzidas 34,3 milhões de toneladas de açúcar e 25,6 bilhões de litros de etanol, o que representou uma manutenção na produção de açúcar e um expressivo crescimento de cerca de 20% na produção de etanol, em relação à safra anterior. **Amido:** Os preços de amido e derivados na Europa estão diretamente relacionados aos seus insumos básicos - milho e trigo. O *IGC (International Grains Council)* publicou em maio de 2014 a estimativa de produção de 970 milhões de toneladas de milho e 200 milhões de toneladas de trigo em 2013/14, um aumento de 109 milhões de toneladas em relação a 2012/13. Os níveis de estoque devem aumentar para 17% (alcançando 164 milhões de toneladas), uma alta de 24% em relação ao ano passado. Brasil, Argentina, Estados Unidos e França deverão responder por 96% das exportações mundiais de milho, estimativa que poderá ser revista para baixo por conta do conflito entre Ucrânia e Rússia. De acordo com o IGC, a produção mundial de trigo deve chegar a 709 milhões de toneladas, um aumento de 54 milhões de toneladas em relação ao nível de produção de 2012/13, com a elevação da produção mundial de cerca de 27%. A estimativa de participação dos principais produtores de trigo (Argentina, Austrália, Canadá, União Europeia, Cazaquistão, Rússia, Ucrânia e Estados Unidos) nas exportações mundiais é de cerca de 93%, um aumento de 23 milhões de toneladas para 141 milhões de toneladas. Os principais fatores a monitorar são: condições climáticas e decisões políticas que afetam o comércio de cereais, o contexto econômico global e a situação atual na Ucrânia. Como a safra está apenas começando no hemisfério norte, os resultados (bem como a volatilidade do mercado e possíveis proibições comerciais) dependerão fortemente da evolução do preço de amido, localizada em Olegon, no Norte da Indonésia, tem uma capacidade de processamento de 330 mil toneladas de milho, e produz e vende amido nativo, xaropes de glicose, farinha de glúten e produtos para alimentação animal.

Ativos	Notas	31/03/2014		31/03/2013		1/04/2012	
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)		
Caixa e equivalentes de caixa	22.1.2	682	893	607			
Contas a receber	22.1.1	638	920	785			
Estoques	9	1.147	1.014	858			
Ativos financeiros circulares com partes relacionadas	27.2	2	14	13			
Outros ativos financeiros circulares	22.1.3	477	508	485			
Impostos de renda a recuperar - circulares	8.2	43	35	12			
Outros ativos circulares		13	16	13			
Total dos ativos circulares		3.002	3.400	2.753			
Impostos diferidos	8.2	425	385	429			
Ativos biológicos	10	782	673	580			
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.1	35	31	22			
Ativos financeiros não circulares com partes relacionadas	27.2	48	45	20			
Outros ativos financeiros não circulares	22.1.3	332	272	260			
Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	11	447	298	231			
Imobilizado	13	4.665	4.094	3.569			
Ágio	15	1.293	1.273	1.256			
Outros ativos intangíveis	16	75	82	102			
Outros ativos não circulares		2	4	3			
Total dos ativos não circulares		8.104	7.157	6.482			
Total dos ativos		11.106	10.557	9.235			

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Em milhões de R\$)

Atribuível aos acionistas da controladora	Reserva para hedge de fluxo de caixa e ganhos e perdas atuariais					Reserva para hedge de fluxo de caixa e ganhos e perdas atuariais					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva acumulada	Reserva expansiva	Outras reservas	Capital social	Reserva legal	Reserva acumulada	Reserva expansiva	Outras reservas	
Em 1º de abril de 2013 (reapresentado)	2.807	16	309	317	(100)	2.807	16	309	317	(100)	4.260
Lucro (prejuízo) líquido	-	-	33	-	-	-	-	33	-	-	33
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente	-	-	33	-	-	-	-	33	-	-	33
Dividendos	21.3	-	(46)	-	-	21.3	-	(46)	-	-	(25)
Aumento de capital na Guarani	3	-	-	44	4	3	-	-	44	4	50
Reclassificação	-	2	(33)	31	-	-	2	(33)	31	-	0
Em 31 de março de 2014	2.807	18	294	361	(72)	2.807	18	294	361	(72)	4.789

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhões de R\$)

Atribuível aos acionistas da controladora	Reserva para hedge de fluxo de caixa e ganhos e perdas atuariais					Reserva para hedge de fluxo de caixa e ganhos e perdas atuariais					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva acumulada	Reserva expansiva	Outras reservas	Capital social	Reserva legal	Reserva acumulada	Reserva expansiva	Outras reservas	
Em 1º de abril de 2012 (reapresentado)	2.437	16	320	291	(98)	2.437	16	320	291	(98)	3.627
Outros resultados abrangentes	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	4
Resultado abrangente	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	4
Dividendos	21.3	-	(15)	-	-	21.3	-	(15)	-	-	(11)
Aumento de capital na Andrade	370	-	-	(13)	39	370	-	-	(13)	39	485
Aumento de capital na Guarani	-	-	(4)	4	-	-	-	(4)	4	-	0
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2013 (reapresentado)	2.807	16	309	317	(100)	2.807	16	309	317	(100)	4.260

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Em milhões de R\$)

Vendas	Exercício Findo em		Vendas	Exercício Findo em	
	31/03/2014	(reapresentado)		31/03/2013	(reapresentado)
Vendas de produtos e serviços	8.875	8.025	8.875	7.759	
Outras receitas	306	271	306	271	
Provisão para devedores duvidosos	(1)	(1)	(1)	(1)	
Matérias-primas e bens adquiridos de terceiros (valor dos impostos incluídos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(6.579)	(5.830)	(6.579)	(5.830)	
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.098)	(3.666)	(4.098)	(3.666)	
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros	(2.482)	(2.164)	(2.482)	(2.164)	
Redução no valor recuperável de ativos	1	-	1	-	
Valor adicionado bruto	(2.296)	(2.195)	(2.296)	(2.195)	
Amortização, depreciação e variações decorrentes da colheita	7.939	(6.49)	7.939	(6.49)	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.557	1.546	1.557	1.546	
Equivalência patrimonial	43	55	43	55	
Receitas financeiras	338	504	338	504	
Valor adicionado total a distribuir	1.938	2.105	1.938	2.105	

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, BASE DE APRESENTAÇÃO, PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

1.1 Informações sobre a Companhia: A Tereos Internacional S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto constituída segundo as leis do Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 11º andar, São Paulo, Brasil. A Tereos Internacional S.A. é uma sociedade registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - B3M&FBOVESPA. A Companhia é subsidiária da Tereos U.C.A. ("Union of Cooperatives Agrícolas"), empresa com sede em Origny, França. Tereos Internacional S.A. é controladora do Grupo Tereos Internacional ("Grupo"). As principais atividades da Tereos Internacional e de suas subsidiárias são a produção e comercialização de açúcar, amido e bioenergia. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2014 foram elaboradas pela Companhia e foram autorizadas para emissão pela Administração em reunião realizada em 10 de junho de 2014. **1.2 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil são conformes com as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou todos os pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. As normas e interpretações adotadas pela Companhia têm como base todas as normas e interpretações obrigatórias publicadas pelo IASB em 31 de março de 2014. Para os períodos apresentados, as normas e interpretações contábeis obrigatórias publicadas pelo IASB são semelhantes às normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, com exceção das partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de acordo com as normas e interpretações contábeis aprovadas pela União Europeia, exceto em relação às partes excluídas da norma internacional de contabilidade IAS 39 e das normas e interpretações atualmente em aprovação, que não têm efeito sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Grupo estão também de

comparativas nas respectivas notas às demonstrações financeiras quando ela, voluntariamente, fornece informações comparativas que vão além do período comparativo mínimo necessário. As alterações à norma esclarecem que o balanço patrimonial de abertura (em 1º de abril de 2012, no caso do Grupo), apresentado como resultado da representação ou reclassificação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras não precisam ser acompanhadas por informações comparativas nas respectivas notas. Consequentemente, o Grupo não incluiu informações comparativas nas respectivas notas. As alterações afetam somente a apresentação e não têm impacto sobre a posição patrimonial e financeira ou sobre o resultado do Grupo. **1.4 Informações comparativas:** Um balanço patrimonial de abertura deve ser apresentado quando uma entidade adota uma política contábil retroativamente, faz representações retroativas ou reclassifica itens em suas demonstrações financeiras, desde que essas mudanças tenham efeito significativo sobre o balanço patrimonial no início do período anterior.

(Em milhões de R\$)	31/03/2013 (originalmente apresentado)	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	31/03/2013 (reapresentado)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	929	(36)		893
Contas a receber	206	(36)		170
Estoque	1.051	(37)		1.014
Ativos financeiros circulares com partes relacionadas	7	(3)		4
Outros ativos financeiros circulares	51	(3)		48
Ativos a recuperar - circulares	40	(5)		35
Outros ativos financeiros	25	(9)		16
Total do ativo circulante	3.519	(119)		3.400
Impostos diferidos	497	(5)		492
Ativos biológicos	712	(39)		673
Ativos financeiros disponíveis para venda	31	(3)		28
Ativos intangíveis com partes relacionadas	43	22		65
Outros ativos financeiros não circulares	285	(13)		272
Investimentos em coligadas	59	239		298
Imobilizado	4.373	(279)		4.094
Agio	1.273			1.273
Outros ativos intangíveis	85	(3)		82
Ativos não circulares	6			6
Total do ativo não circulante	7.342	(78)		7.264
Total dos ativos	10.861	(197)		10.664

(Em milhões de R\$)	31/03/2013 (originalmente apresentado)	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	31/03/2013 (reapresentado)
Passivos e patrimônio líquido				
Capital social	987			987
Fornecedores	1.069	(9)		1.060
Passivos financeiros circulares com partes relacionadas	26	9		35
Outros passivos financeiros circulares	412	(9)		403
Provisões de curto prazo	6			6
Impostos a pagar - circulante	13	(3)		10
Outros passivos de curto prazo	58	(3)		55
Total do passivo circulante	3.471	(82)		3.389
Financiamentos de longo prazo	2.481	(98)		2.383
Impostos diferidos	142	(17)		125
Provisões para planos de pensão e outros benefícios pós-emprego	50	(3)		47
Provisões longo prazo	34			34
Passivos financeiros circulares com partes relacionadas	34	2		36
Outros passivos financeiros não circulares	339	1		340
Outros passivos não circulares	50			50
Total do passivo não circulante	3.130	(115)		3.015
Total dos passivos	6.601	(197)		6.404
Capital social	2.507			2.507
Reservas de lucros	636			636
Ajustes de avaliação patrimonial	(102)			(102)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	3.341			3.341
Participações não controladoras	915			915
Total do patrimônio líquido	4.256			4.256
Total dos passivos e do patrimônio líquido	10.861	(197)		10.664

(Em milhões de R\$)	31/03/2013 (originalmente apresentado)	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	31/03/2013 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido	(25)	4		(21)
Atribuível aos acionistas da controladora	(25)	4		(21)
Atribuível às participações não controladoras				
Reserva para hedge de fluxo de caixa	7	(4)		3
Eleito de imposto renda	(1)	(2)		(3)
Reserva para ajuste acumulado de conversão	103			103
Outros resultados abrangentes (prejuízo), líquido de imposto	110	(4)		106
Resultado abrangente total (prejuízo)	85	0		85

(Em milhões de R\$)	31/03/2013 (originalmente apresentado)	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	31/03/2013 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido consolidado	(25)	4		(21)
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) nas atividades operacionais	630	(35)		595
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento	(1.204)	89		(1.115)
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) nas atividades de financiamento	717	(72)		645
Eleito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	(9)	2		(7)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas	134	(16)		118
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 1 de abril	377	(14)		363
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 31 de dezembro	511	(30)		481
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas	134	(16)		118

(Em milhões de R\$)	1º/04/2012 (originalmente apresentado)	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	1º/04/2012 (reapresentado)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	624	(177)		447
Contas a receber	792	(27)		765
Estoque	888	(30)		858
Ativos financeiros circulares com partes relacionadas	19	6		25
Outros ativos financeiros circulares	485			485
Impostos a recuperar - circulares	15	(3)		12
Outros ativos circulares	13			13
Total do ativo circulante	2.824	(71)		2.753
Impostos diferidos	435	(31)		404
Ativos biológicos	21	(3)		18
Ativos financeiros disponíveis para venda	22			22
Outros ativos financeiros não circulares com partes relacionadas	11	9		20
Outros ativos financeiros não circulares	255	5		260
Investimentos em coligadas	28	203		231
Imobilizado	3.426	(233)		3.193
Agio	1.266			1.266
Outros ativos intangíveis	107	(5)		102
Outros ativos não circulares	3			3
Total do ativo não circulante	6.540	(58)		6.482
Total dos ativos	9.364	(129)		9.235

(Em milhões de R\$)	1º/04/2012 (originalmente apresentado)	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	Efeitos das alterações à norma IAS 19 IFRS 11	1º/04/2012 (reapresentado)
Passivos e patrimônio líquido				
Capital social	1.282			1.282
Fornecedores	744	(10)		734
Passivos financeiros circulares com partes relacionadas	32	23		55
Outros passivos financeiros circulares	604	(13)		591
Provisões de curto prazo	5			5
Impostos a pagar - circulante	28	(5)		23
Outros passivos circulares	80	(3)		77
Total do passivo circulante	2.775	(26)		2.749
Financiamentos de longo prazo	2.368	(79)		2.289
Impostos diferidos	100	(19)		81
Provisões para planos de pensão e outros benefícios pós-emprego	38	(3)		35
Provisões longo prazo	3	(1)		2
Passivos financeiros não circulares com partes relacionadas	3			3
Outros passivos financeiros não circulares	359	(1)		358
Outros passivos não circulares	50			50
Total do passivo não circulante	2.962	(103)		2.859
Total dos passivos	5.737	(129)		5.608
Capital social	2.437			2.437
Reservas de lucros	605			605
Ajustes de avaliação patrimonial	(201)			(201)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	2.861			2.861
Participações não controladoras	766			766
Total do patrimônio líquido	3.627			3.627
Total dos passivos e do patrimônio líquido	9.235	(129)		9.106

Os impactos sobre as mutações do patrimônio líquido e sobre o valor adicionado não são significativos. **1.5 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2014 sem adoção antecipada pelo Grupo:** As seguintes normas e alterações foram emitidas e são obrigatórias para os períodos anuais da Companhia a partir de 31 de março de 2014.

Norma ou interpretação: Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 27. **Objetivo:** Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros. **Viabilidade:** 01/01/2014.

Alterações à norma IAS 32: Novação de derivados e segmento da contabilidade de hedge. **Objetivo:** 01/01/2014.

Alterações às normas IAS 39 e IFRS 9: IFRIC 21. **Objetivo:** Cobrança. **Viabilidade:** 01/01/2014.

Alterações à norma IFRS 9: Atualização de normas IFRS 9. **Objetivo:** Classificação e mensuração. **Viabilidade:** 01/01/2015.

Atualmente, o Grupo está analisando o impacto potencial sobre as suas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não pode adotar os pronunciamentos acima referidos até que eles sejam emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. **1.6 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, a Administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referem-se ao exercício findo em 31 de março de 2014 podendo ser alteradas posteriormente. **1.6.1 Julgamentos:** A Administração do Grupo utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações, sempre que as normas IFRS e interpretações vigentes não tratarem especificamente dos respectivos assuntos contábeis. • Uma vez que as IFRS e IFR GAAP não fornecem orientação específica sobre combinações de negócios de natureza comum, o Grupo aplicou o método de combinação de participações ("book of interests"). • Na ausência de normas ou interpretações IASB ou CPC em vigor sobre a contabilização de direitos de emissão negociáveis relativos a planos de redução de emissão de gases de efeito estufa, o Grupo adota a política contábil descrita na nota 2.14. **1.6.2 Estimativas:** A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:

Estimativa	Natureza da Divulgação
Nota 8 Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecimento do imposto diferido ativo originado da transferência de prejuízos fiscais não utilizados.
Nota 10 Ativos biológicos	Premissas principais utilizadas para determinar o valor justo da cana disponível (rendimento estimado, quantidade de açúcar por tonelada de cana, valor do açúcar) e raízes de cana (custos de replantio por hectare).
Nota 18 Imobilizado	Premissas utilizadas para avaliar o imobilizado adquirido na combinação de negócios. Premissas utilizadas para determinar as vidas úteis dos ativos.
Nota 15 Agio sobre investimentos	Premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos, o valor justo da remuneração recebida e, portanto, o agio sobre investimentos. Nível de agrupamento de CGUs para teste de desvalorização de agio sobre investimentos.
Nota 17 Testes de provisão	Principais premissas utilizadas para determinar os valores: valor em uso (taxa de desconto, taxa de crescimento permanente, fluxo de caixa previsto), valor de mercado (múltiplos de receita e EBITDA para empresas ou transações comparáveis, fluxo de caixa).
Nota 18 Pensões e outros benefícios pós-emprego	Taxa de desconto, índice de inflação, taxa de retorno sobre os ativos do plano, aumentos de salários.
Nota 19 Outras provisões	Provisões para reclamações e litígios; premissas de suporte da avaliação e mensuração dos riscos. Provisão para reestruturação: avaliação dos custos significativos.
Nota 22 Instrumentos financeiros	Premissas utilizadas para determinar o valor contábil das diferentes categorias de instrumentos financeiros.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Consolidação: As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, sendo esta a data efetiva em que o Grupo obtém seu controle, e continuam consolidadas até a data em que ocorrer a perda de controle. As entidades são consolidadas integralmente quando o Grupo atende todos os seguintes critérios: • tem poder sobre a investida; • tem exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos decorrentes de seu envolvimento com a investida. Controle existe quando o Grupo tem o poder; • sobre mais de 50% dos direitos de voto da outra entidade em razão de contrato; • de agir as principais financeiras e operacionais da outra entidade por lei ou contrato; • de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração (ou corpo diretivo equivalente) da outra entidade; ou • de dispor da maioria dos votos nas reuniões do Conselho de Administração (ou corpo diretivo equivalente) da outra entidade. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base nas demonstrações financeiras das subsidiárias consolidadas, as quais são preparadas na mesma data-base de apresentação do Grupo. Sempre que necessário, são feitos ajustes para alinhar as práticas contábeis àquelas do Grupo. Todos os saldos relevantes entre as empresas do Grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não são realizados e divididos resultantes de transações entre as empresas do Grupo são eliminados na participação acionária de uma subsidiária, sem que haja mudança de controle, são contabilizadas como uma transação de patrimônio líquido. As perdas são atribuídas às subsidiárias não controladoras, mesmo que resultem em saldo negativo. Se o Grupo perder o controle sobre uma subsidiária, ele deverá: • Desreconhecer os ativos (inclusive agio) e passivos da subsidiária; • Desreconhecer o valor contábil de qualquer participação não controladora; • Reclassificar a reserva de ajuste acumulado de conversão, registrada no patrimônio líquido, para demonstração do resultado; • Reclassificar das participações da Controladora de

componentes anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para a demonstração do resultado; • Reconhecer o valor justo das contraprestações recebidas; • Reconhecer o valor justo de qualquer investimento mantido; • Reconhecer o ganho ou a perda no resultado. **2.2 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures):** Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um tipo de contrato no qual os empreendedores com controle conjunto da entidade têm direitos sobre os ativos líquidos daquela entidade. Os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados ao custo de aquisição, determinado na data de aquisição. Após a aquisição, o valor contábil do investimento apresentado no balanço patrimonial é ajustado, de modo a refletir as alterações na participação do Grupo no patrimônio líquido contábil, incluindo o resultado abrangente do período. O agio referente à coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) é considerado parte do custo de aquisição. Quando o custo de aquisição exceder o valor contábil da participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) caso em que o agio do seu investimento nessa empresa, incluindo quaisquer créditos não garantidos, o Grupo não reconhecerá perdas adicionais, a menos que tenha uma obrigação de efetuar ou já tenha efetuado pagamentos em nome da coligada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo verifica a necessidade de reconhecer uma perda no valor recuperável de seu investimento nas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). O Grupo determina, a cada data de apresentação, se há qualquer evidência objetiva de que o investimento na coligada tenha perdido o valor recuperável. Nesse caso, o Grupo reconhece a perda no resultado. Quando o custo de aquisição for recuperável da coligada e seu valor contábil, e reconhece esse montante na demonstração do resultado. Caso ocorra perda de influência significativa sobre uma coligada, o Grupo passa a calcular e reconhecer o investimento remanescente a valor justo. Eventuais diferenças entre o valor contábil da coligada, por ocasião da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e resultados decorrentes de sua alienação são reconhecidas na demonstração do resultado. A relação das joint ventures e coligadas em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2014 é apresentada nas notas 2.3 e 2.4. **2.3 Operações de hedge:** Operações de hedge são realizadas com o objetivo de reduzir o risco de preço de ativos e passivos financeiros. As operações de hedge são classificadas em hedge de fluxo de caixa, hedge de receita, hedge de custo e hedge de preço. O agio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data de aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado em ganho decorrente de compra de ativos. Quando o valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte do adquirente. Quando o custo de aquisição de uma combinação de negócios é incompleta no final do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o Grupo reportará valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou ativos ou passivos adicionais são reconhecidos para refletir nova informação obtida sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos naquela data, teriam impactado os montantes reconhecidos naquela data. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pelo adquirente na adquirida será recalculado a valor justo na data de aquisição do período do resultado. Qualquer transação entre a entidade adquirente e a entidade adquirida em troca de uma reconhecida a valor justo na data de aquisição. As alterações posteriores no valor justo da contraprestação contingente que seja considerada ativo ou passivo serão reconhecidas segundo a norma internacional IAS 39 no resultado ou como uma variação em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada no patrimônio, não deverá ser remunerada até sua liquidação definitiva no patrimônio. Após o reconhecimento inicial, o agio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o agio do custo de aquisição é considerado parte do custo de aquisição de uma combinação de negócios. O agio do custo de caixa do Grupo que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. O agio correspondente a entidades consolidadas é apresentado na rubrica específica "Agio" no balanço patrimonial consolidado. **2.6 Ativos não circulares destinados para venda (ou grupo para alienação) e passivos correlatos:** Os ativos não circulares destinados para venda (ou grupo para alienação) e os passivos correlatos imediatamente disponíveis para venda, cuja venda seja altamente provável no prazo de 12 meses após a data de aquisição, são avaliados ao custo de aquisição. Os passivos correlatos são aqueles "alienação" e "Passivos associados diretamente a ativos não circulares destinados para venda" no balanço patrimonial. Uma venda é altamente provável quando a Administração do Grupo está comprometida com um plano de venda dos ativos não circulares ou do grupo para alienação, e tiver sido iniciado um plano formal para a venda. Quando a perda de controle de uma subsidiária for altamente provável, todos os ativos e passivos correlatos da subsidiária deverão ser classificados como destinados para venda, mesmo que a entidade mantenha alguma participação na antiga subsidiária após a venda. Os ativos não circulares, nas condições acima descritas, são avaliados ao custo de aquisição, sendo mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. O ativo intangível ou imobilizado que tenham sido classificados como destinados para venda não são depreciados ou amortizados. **2.7 Intangível:** O ativo intangível inclui: • patentes adquiridas; • programas de computador (software); • direitos de emissão (vide nota 2.13); e • algumas despesas de desenvolvimento. As patentes adquiridas e os programas de computador são mensurados ao custo de aquisição e depreciados ao longo de sua vida útil. Os programas de computador são depreciados pelo método linear ao longo do prazo estimado para sua vida útil, que varia de um a cinco anos. Os demais ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição e não são depreciados ou amortizados. **2.8 Imobilizado:** O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente pelo valor de custo (valor de compra ou custo de produção) acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração, exceto no contexto de uma combinação de negócios. Quando certos componentes de um sistema de ativos são reconhecidos, aplicam-se métodos de avaliação em períodos subsequentes. Os custos de aquisição são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses ativos substituídos é baixado. O Grupo realiza atividades de manutenção programada em seu parque industrial anualmente a fim de verificar e substituir componentes do imobilizado. Os custos anuais das principais atividades de manutenção incluem mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais e administrativas alocadas durante o período de manutenção. O Grupo utiliza o método de custo de aquisição para determinar o valor contábil de ativos imobilizados e atividades de manutenção. Assim, o custo estimado da parcela do imobilizado que deve ser substituído anualmente é registrado como um componente separado do custo do ativo imobilizado e depreciado ao longo de sua vida útil estimada separadamente. E, então, substituído durante as principais atividades de manutenção anual. Os custos de manutenção periódica normal são debitados ao resultado, quando incorridos, desde que as peças substituídas não melhorem a capacidade de moagem ou representem melhorias para o ativo imobilizado. Os custos de empréstimos para ativos qualificados são incluídos no custo do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo.

Moeda estrangeira/Euro (BRL ou R\$)	Taxa de câmbio média final do período				
	31 março de 2014	31 março de 2013	31 março de 2014	31 março de 2013	
Europa	EUR 0,3314	0,3673	0,3203	0,3668	
América do Sul	BRL 1,511	1,511	1,511	1,511	
Estados Unidos	USD 0,4442	0,49782	0,40426	0,4540	
HONG KONG	Dólar HKD	3,44590	3,86131	3,43203	3,84633
Bôsnia	Marco conversível BNY	0,64815	0,75628	0,62748	0,75665
China	Chinesês yuan CNY	2,71742	3,13073	2,75126	3,07954
Mocambique	Metical Mocambicano MZM	13,47725	14,46166	13,87151	15,24822

2.4 Transações em moedas estrangeiras: No reconhecimento inicial, as transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade em base no valor em vigor na data de aquisição. No encerramento do exercício, os ativos e passivos financeiros são convertidos à taxa de câmbio fechamento do exercício. O agio decorrente de transações em moedas estrangeiras é reconhecido no resultado líquido de acordo com o método da equivalência patrimonial. O agio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data de aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado em ganho decorrente de compra de ativos. Quando o valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte do adquirente. Quando o custo de aquisição de uma combinação de negócios é incompleta no final do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o Grupo reportará valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou ativos ou passivos adicionais são reconhecidos para refletir nova informação obtida sobre os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

7.2 Ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros:

Exercício findo em 31/03/2014 (Em milhões de R\$)	Receitas (despesas) de juros líquidos	Receitas (despesas) cambiais líquidas	Ganho (perda) de valor justo, líquido	Outras receitas (despesas) financeiras	Lucro operacional OCI*
		(1)	67	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros (excluindo derivativos)	4	-	-	-	4
Financiamentos	(217)	(100)	-	-	(317)
Fornecedores	-	1	-	-	1
Outros passivos financeiros (excluindo derivativos)	(8)	8	-	-	-
Derivativos	-	(26)	27	-	1
Outros	-	-	-	17	17
Total	(221)	(51)	27	17	(228)

* = líquido de impostos

Exercício findo em 31/03/2013 (reapresentado)

(Em milhões de R\$)	Receitas (despesas) de juros líquidos	Receitas (despesas) cambiais líquidas	Ganho (perda) de valor justo, líquido	Outras receitas (despesas) financeiras	Lucro operacional OCI*
	(1)	37	-	-	37
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros (excluindo derivativos)	2	-	-	-	2
Financiamentos	(174)	(105)	-	-	(279)
Fornecedores	-	14	-	-	14
Outros passivos financeiros (excluindo derivativos)	(11)	(11)	-	-	(22)
Derivativos	-	(4)	9	-	5
Outros	-	-	-	30	30
Total	(183)	(72)	13	30	(212)

8. IMPOSTO DE RENDA

8.1 Imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado: A composição da despesa de imposto de renda é apresentada a seguir:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Correntes	(52)	(40)
Diferidos	5	-
Total	(47)	(37)

A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Lucro líquido	2	(1)
Equivalência patrimonial	43	25
Receita (despesa) de imposto de renda	(47)	(37)
Lucro antes do imposto de renda e participação no lucro das associadas	6	(43)
Alíquota fiscal do imposto de renda no Brasil	34%	34%
Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil	(2)	(15)
Prejuízos fiscais não reconhecidos como impostos diferidos ativos	(37)	(26)
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	(6)	(6)
Reconhecimento de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	7	7
Efeito das diferentes alíquotas de imposto de renda nos países estrangeiros	(15)	(11)
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	14	(24)
Imposto de renda efetivo	(42)	(43)

8.2 Imposto de renda no balanço patrimonial: O ativo de imposto de renda corrente soma R\$ 43 milhões em 31 de março de 2014 (comparado com R\$ 35 milhões em 31 de março de 2013), e o passivo de imposto de renda corrente soma R\$ 3 milhões em 31 de março de 2014 (comparado com R\$ 10 milhões em 31 de março de 2013). A composição dos impostos diferidos registrados no balanço patrimonial é descrita a seguir:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Impostos diferidos ativos	425	385
Impostos diferidos através da demonstração de resultado	357	319
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	68	66
Impostos diferidos passivos	(25)	(18)
Impostos diferidos através da demonstração de resultado	(3)	(3)
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(22)	(15)
Total	400	367

(Em milhões de R\$)

Diferenças entre o valor contábil e a base fiscal		
31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	
Imobilizado	(107)	(48)
Ativos intangíveis	(63)	(51)
Ativos biológicos	(7)	(1)
Pensões/Benefícios pós-emprego	10	11
Ativos e passivos financeiros	122	62
Outros	24	16
Prejuízos fiscais não utilizados	421	415
Total	400	367

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não utilizados estão reconhecidos, principalmente, nas entidades europeias da Syral e nas entidades brasileiras. Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não utilizados e não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas somam R\$ 133 milhões em 31 de março de 2014 (R\$ 93 milhões em 31 de março de 2013), de acordo com as políticas contábeis descritas na nota 2.21. A expectativa de recuperação dos créditos com impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, indicada pelas projeções do lucro tributável aprovadas pela Administração do Grupo, é a seguinte:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
N=1	43	48
N=2	48	51
N=3	74	61
N=4	51	55
N=5	46	27
N=6 em diante	159	163
Total	421	415

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias brasileira, europeia e internacional, variações das taxas de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas de impostos, entre outras, que podem diferir das informações e estruturas. Como os créditos e débitos de imposto de renda resultam não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária do Grupo, da existência de lucros não tributáveis, despesas indedutíveis, isenções e incentivos fiscais e diversas outras variáveis, a projeção de utilização dos prejuízos fiscais não deve ser considerada como um indicativo do lucro líquido futuro do Grupo. A variação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Em 31/03/2012 (reapresentado)	349	367
Valor debitado à demonstração do resultado	9	9
Efeito de diferenças na conversão de moedas estrangeiras	9	9
Outros	6	6
Em 31/03/2013 (reapresentado)	367	367
Valor debitado à demonstração do resultado	21	21
Efeito de diferenças na conversão de moedas estrangeiras	7	7
Outros	31	31
Em 31/03/2014	400	415

9. ESTOQUES

Os estoques compreendem os seguintes itens:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Matérias-primas	581	504
Produtos em processo	3	4
Produtos acabados e em elaboração	529	456
Mercadorias para revenda	87	96
Estoque bruto	1.201	1.059
Provisão para perdas em estoques	(54)	(45)
Estoque líquido	1.147	1.014

A movimentação nos estoques encontra-se descrita a seguir:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2012 (reapresentado)	31/03/2013 (reapresentado)
Alteração no estoque por meio do custo das vendas	858	128
Alteração no registro do estoque do resultado	(1)	(1)
Outros	(9)	(9)
Efeito de diferenças na conversão de moedas estrangeiras	1	1
31/03/2013 (reapresentado)	1.014	1.014
Alteração no estoque por meio do custo das vendas	8	8
Alteração no registro do estoque do resultado	125	125
Efeito de diferenças na conversão de moedas estrangeiras	1	1
31/03/2014	1.147	1.147

10. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação no valor líquido dos ativos biológicos é apresentada a seguir:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em		
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	
31/03/2012 (reapresentado)	580	580	
Custos de plantio	177	177	
Acrescimo decorrente a custos de replantio anuais	(11)	(11)	
Variação devido à colheita - custos de replantio anuais	95	95	
Variação devido à colheita - custos de replantio anuais	(105)	(105)	
Variação no valor justo	11	11	
Efeito de diferenças na conversão de moedas estrangeiras	6	6	
31/03/2014	782	782	
A quantidade de cana-de-açúcar moída própria totaliza 6.450 mil toneladas para o exercício de findo em 31 de março de 2014 (5.823 mil toneladas para o exercício findo em 31 de março de 2013). A metodologia adotada pelo Grupo para determinar o valor justo dos ativos biológicos está descrita a seguir: As soqueiras, que geram várias colheitas, são mensuradas a valor justo de acordo com o método de custo de reposição e reconhecidas em ativo não circulante. A cana-de-açúcar em pé durante o período de crescimento é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa futuro e reconhecida em ativo não circulante. Soqueiras: As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo das soqueiras:			
31/03/2014	Brasil	Moçambique	
Área a ser replantada (hectares)	114.001	15.896	
Custos de replantio (R\$/hectare)	6.984	3.524	
31/03/2013 (reapresentado)	Brasil	Moçambique	
Área a ser replantada (hectares)	104.366	13.850	
Custos de replantio (R\$/hectare)	6.843	3.213	
Cana-de-açúcar em pé: As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da cana-de-açúcar em pé:			
31/03/2014	Unidade	Brasil	Moçambique
Área estimada de colheita	hectares	114.001	15.896
Rendimentos previstos	tons de cana por hectare	82	37
Quantidade total de açúcar recuperável	kg por ton. de cana	136	110
Valor de um kg de açúcar total recuperável	R\$	0,5	1,5
31/03/2013 (reapresentado)	Unidade	Brasil	Moçambique
Área estimada de colheita	hectares	104.366	13.850
Rendimentos previstos	tons de cana por hectare	89	54
Quantidade total de açúcar recuperável	kg por ton. de cana	141	104
Valor de um kg de açúcar total recuperável	R\$	0,5	1,4

11. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO (JOINT VENTURES)

Com a adoção da norma internacional IFRS 11, o Grupo classificou como *joint ventures* as entidades em conjunto anteriormente consolidadas pelo método proporcional de acordo com a norma internacional IAS 31. Dessa forma, essas entidades passaram a ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os principais investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) em 31 de março de 2014 estão apresentados a seguir:

(Em milhões de R\$)	País	Atividade	Participações		31/03/2013 (reapresentado)
			Participações (%)	Participações (%)	
Sedalcol UK	Grã-Bretanha	Produção de álcool	50,00%	49,99%	11
Sedalcol France	França	Produção de álcool	50,00%	49,99%	11
Sedalcol EU	Bélgica	Produção de álcool	50,00%	49,99%	-
Sedamyl	Itália	Produção e comercialização de amido	50,00%	49,99%	92
Sedamyl Services	França	Holding	50,00%	49,99%	80
Dongguan Yihai Kerry Syral Starch technology Co., Ltd	China	Produção de amido	49,00%	49,00%	34
Liaoning Yihai Kerry Terros Starch technology Co.	China	Produção de amido	49,00%	49,00%	69
Vertente	Brasil	Produção e comercialização de amido e cana-de-açúcar, etanol e energia	50,00%	30,22%	38
Sucrêres des Mascareignes Ltd	Ilhas Maurício	Produção e comercialização de cana-de-açúcar	40,00%	35,93%	46
Total					298

(Em milhões de R\$)

Equivalência patrimonial	
31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Sedalcol UK	11
Sedalcol France	15
Sedalcol EU	1
Sedamyl	17
Sedamyl Services	1
Dongguan Yihai Kerry Syral Starch technology Co., Ltd	(2)
Liaoning Yihai Kerry Terros Starch technology Co.	(10)
Vertente	(5)
Sucrêres des Mascareignes Ltd	4
Total	43

Os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) incluídos na linha "Outras" não são individualmente materiais. Os investimentos para algumas das coligadas e dos empreendimentos controlados em conjunto incluem o valor do ágio. Os dividendos pagados pelos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas para o exercício findo em 31 de março de 2014 totalizaram R\$ 21 milhões. Sucrêres des Mascareignes Ltd é uma coligada. Outros investimentos referem-se a empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As principais informações financeiras dos investimentos significativos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto estão apresentadas a seguir (para 100%):

Balanço patrimonial:

(Em milhões de R\$)	31/03/2013 (reapresentado)		31/03/2014	
	Sedalcol UK	Sedamyl	Vertente	Dongguan Yihai Kerry Syral Starch technology Co., Ltd
Ativo circulante	81	51	171	159
Ativo não circulante	175	146	346	274
Passivo circulante	27	34	96	80
Passivo não circulante	206	164	72	314
Equity	23	(1)	449	281

Demonstração do resultado:

(Em milhões de R\$)	31/03/2013 (reapresentado)		31/03/2014	
	Sedalcol UK	Sedamyl	Vertente	Dongguan Yihai Kerry Syral Starch technology Co., Ltd
Receita	200	134	613	532
Custo das vendas	(159)	(114)	(525)	(446)
Despesas de distribuição	(4)	(5)	(55)	(35)
Despesas gerais e administrativas	(8)	(7)	(12)	(20)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	-	15	15
Despesa financeira líquida	-	(7)	(3)	(2)
Impostos sobre a renda	(7)	(1)	(12)	(14)
Resultado líquido	21	-	21	30

(Em milhões de R\$)

Sucrières des Mascareignes Ltd		Sedalcol France		Sedalcol EU		Liaoning Yihai Kerry Terros Starch technology Co.	
31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014
Receita	158	149	174	162	440	348	234
Custo das vendas	(44)	(24)	(99)	(87)	(427)	(349)	(221)
Despesas gerais e administrativas	(43)	(40)	(34)	(28)	(10)	-	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais	2	2	(1)	-	1	-	1
Despesa financeira líquida	-	(3)	-	-	-	(11)	-
Impostos sobre a renda	(30)	(33)	31	36	2	(1)	(20)
Resultado líquido	43	91	31	36	2	(1)	(20)

12. CONTROLADAS COM PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS RELEVANTES

As informações financeiras das subsidiárias com participações não controladoras relevantes são apresentadas a seguir:

(Milhões de R\$)	País	Atividade	Participações não controladoras acumuladas		Lucro/(Prejuízo) atribuído às participações não controladoras	
			31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014
Guarani e suas subsidiárias	Brasil e Moçambique	Produção e comercialização de cana-de-açúcar, etanol e energia	39,56%	966	844	(23)
Total				966	844	(23)

O valor remanescente de R\$ 80 milhões das participações não controladoras em 31 de março de 2014 não são individualmente materiais. Desde 2010, a Terros Internacional S.A. e a Petrosbras - Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrosbras"), por meio de sua controlada integral, a Petrosbras Biocombustíveis, firmaram um contrato para investir R\$ 1,6 bilhão, em estágio, com o objetivo de obter uma participação de 45,7% da Guarani S.A. ("Guarani"), controlada da Terros Internacional. Em consonância com o referido Contrato de Investimento, a Petrosbras Biocombustíveis investiu R\$ 1.314 milhões na Guarani desde abril de 2010. A Petrosbras Biocombustíveis investiu os R\$ 450 milhões restantes (a serem reajustados pela inflação) para obter participação de até 45,7% na Guarani. Adicionalmente, a Guarani e suas controladas forneceram etanol hidratado e anidro conforme contrato assinado para o período de seis anos. As informações financeiras da Guarani e subsidiárias estão resumidas a seguir. Essas informações estão baseadas nos valores antes das eliminações intercompany para fins de consolidação.

(Em milhões de R\$)

Ativo/(Passivo) líquido	Guarani e suas subsidiárias	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Ativo circulante	1.284	1.309
Ativo não circulante	4.270	4.059
Passivo circulante	1.017	1.102
Passivo não circulante	2.045	1.911
Patrimônio líquido	2.492	2.355
Atribuível aos proprietários da Controlada	1.507	1.511
Atribuível aos detentores de participações não controladoras	986	844
Total	<	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto se for outra forma indicada)

Sensibilidade às principais premissas: Uma variação de um ponto percentual na taxa de desconto teria os seguintes efeitos:

(Em milhões de R\$)	March 31 st , 2014	4,2%
Aumento de 1% na taxa de desconto		
Efeito sobre os custos de serviços e custos de juros	(6)	
Efeito sobre a obrigação de benefícios definidos	2,2	
Diminuição de 1% na taxa de desconto		
Efeito sobre os custos de serviços e custos de juros	11	
Efeito sobre a obrigação de benefícios definidos	(1)	

19. PROVISÕES

A composição das provisões por natureza está apresentada a seguir (detalhadas na nota 26):

(Em milhões de R\$)	Circulante		Não circulante	
	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Provisão trabalhista	1	1	20	16
Provisão fiscal	-	-	-	-
Provisão ambiental	7	-	9	7
Outras	7	-	11	11
Total	15	11	40	34

A movimentação nas provisões durante o exercício está apresentada a seguir:

(Em milhões de R\$)	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Outros	Total
Em 31 de março de 2012 (reapresentado)	25	10	13	49	97
Provisões reconhecidas no exercício	5	-	8	15	28
Valores usados	(6)	(5)	(6)	(19)	(36)
Valores não usados revertidos no período	(1)	-	-	(5)	(6)
Outros	-	(1)	-	1	-
Em 31/03/2013 (reapresentado)	17	4	7	16	44
Provisões reconhecidas no exercício	8	-	3	10	21
Valores usados	(3)	(-)	(2)	(5)	(10)
Valores não usados revertidos no período	(1)	-	(2)	(3)	(6)
Outros	-	(-)	-	-	-
Em 31/03/2014	21	4	9	18	42

20. OUTROS PASSIVOS

(Em milhões de R\$)

	Circulantes	31/03/2013 (reapresentado)	Não circulantes	31/03/2013 (reapresentado)
Direitos de emissão	39	47	-	-
Subvenções	-	-	30	25
Receita diferida	18	9	36	25
Total	57	56	66	50

22. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

22.1 Ativos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	Disponíveis para venda	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Empréstimos e a valor justo por custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por registrado no resultado	Instrumentos financeiros qualificados com hedge de fluxo de caixa	Total
31/03/2014 (Em milhões de R\$)							
Contas a receber de clientes	22.1.1	-	-	638	-	-	638
Caixa e equivalentes de caixa	22.1.1	-	-	682	-	-	682
Ativos financeiros com partes relacionadas - circulante	22.2	-	-	2	-	-	2
Outros ativos financeiros - circulante	22.1.3	-	-	458	1	18	477
Total do ativo financeiro circulante				1.780	1	18	1.799
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	35	-	-	-	-	35
Ativos financeiros com partes relacionadas - não circulante	22.2	-	-	48	-	-	48
Outros ativos financeiros - não circulante	22.1.3	-	-	330	2	332	662
Total do ativo financeiro não circulante				378	2	332	712
Total do ativo financeiro				2.158	3	50	2.214

22.1.3 Outros ativos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Impostos a recuperar	237	234	105	43
Ativos financeiros dados em garantia	19	18	-	-
Derivativos	19	47	2	74
Depósito pago	2	2	7	67
Pagamentos antecipados	47	35	-	-
Contas a receber de clientes e outras > 1 ano	-	-	84	103
Contas a receber referentes a alienação de ativos	-	-	52	53
Valores a faturar	50	28	-	-
Outros	103	144	15	6
Total	477	508	332	272

22.2 Passivos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	682	893	-	-
Contas garantidas (classificadas como passivo financeiro circulante)	(216)	(412)	-	-
Caixa líquido	466	481		

22.2.1 Contas a receber: Em 31 de março de 2014 e 2013, as contas a receber de clientes estavam assim apresentadas:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Contas a receber de clientes	662	942
Provisão para devedores duvidosos	(24)	(22)
Contas a receber de clientes, líquidas	638	920

Segundo o programa de factoring do Grupo, R\$ 290 milhões de contas a receber de clientes foram vendidas e descontadas em 31 de março de 2014. Nessa data, R\$ 40 milhões de contas a receber de clientes foram vendidas, mas não foram descontadas. Quando as contas a receber de clientes são financiadas, um passivo financeiro é reconhecido em contrapartida da antecipação recebida.

	31/03/2014	31/03/2013
Total	638	920
Parte vendida a instituições não desre-financeiras	40	290
Parte vendida a instituições desre-financeiras	298	630

22.1.2 Caixa e equivalentes de caixa: As movimentações no saldo de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, que é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. A reconciliação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa é a seguinte:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	682	893
Contas garantidas (classificadas como passivo financeiro circulante)	(216)	(412)
Caixa líquido	466	481

22.2 Passivos financeiros: As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
31/03/2014 (Em milhões de R\$)		
Financiamentos de curto prazo	22.2.1	22.2.1
Contas a pagar a fornecedores	27.2	15
Passivos financeiros com partes relacionadas - circulante	22.2.3	441
Outros passivos financeiros - circulante	22.2.3	2.786
Total de outros passivos financeiros circulantes	2.786	11
Financiamentos de longo prazo	22.2.1	2.617
Passivos financeiros com partes relacionadas - não circulante	22.2.3	30
Outros passivos financeiros - não circulante	22.2.3	372
Total do passivo financeiro não circulante	3.039	11
Total a valor contábil (reapresentado)	5.825	11

22.2.2 Passivos financeiros: As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
31/03/2014 (Em milhões de R\$)		
Financiamentos de curto prazo	22.2.1	22.2.1
Contas a pagar a fornecedores	27.2	15
Passivos financeiros com partes relacionadas - circulante	22.2.3	441
Outros passivos financeiros - circulante	22.2.3	2.786
Total de outros passivos financeiros circulantes	2.786	11
Financiamentos de longo prazo	22.2.1	2.617
Passivos financeiros com partes relacionadas - não circulante	22.2.3	30
Outros passivos financeiros - não circulante	22.2.3	372
Total do passivo financeiro não circulante	3.039	11
Total a valor contábil (reapresentado)	5.825	11

22.2.3 Outros passivos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Impostos a recuperar	237	234	105	43
Ativos financeiros dados em garantia	19	18	-	-
Derivativos	19	47	2	74
Depósito pago	2	2	7	67
Pagamentos antecipados	47	35	-	-
Contas a receber de clientes e outras > 1 ano	-	-	84	103
Contas a receber referentes a alienação de ativos	-	-	52	53
Valores a faturar	50	28	-	-
Outros	103	144	15	6
Total	477	508	332	272

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital emitido e ágio na emissão de ações:

	Quantidade de ações	Capital emitido (Em milhões de R\$)
Saldo em 31 de março de 2012	675.578.862	2.437
Saldo em 31/03/2013	817.720.079	2.807
Saldo em 31/03/2014	817.720.079	2.807

21.2 Reservas: A natureza e o objetivo de cada reserva são apresentados a seguir: **Reserva para hedge de fluxo de caixa (HFC):** A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parcela efetiva das relações de hedge de fluxo de caixa incorrida na data das demonstrações financeiras, líquida de impostos. Para mais informações sobre os métodos contábeis aplicados ao uso dessa reserva, vide nota 2.2. **21.3 Lucro (prejuízo) por ação:** O número médio de ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação é de 817.720,079 ações para o exercício findo em 31 de março de 2014 e 767.483,868 ações para o exercício findo em 31 de março de 2013. Para os exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, o lucro (prejuízo) diluído por ação é o mesmo que o lucro básico por ação. O lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013 foi de R\$ 0,0403102 e R\$ 0,0048345, respectivamente.

21.4 Dividendos propostos e pagos: Em 10 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição dos dividendos com base no saldo da para expansão existente nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2013. Dessa forma, um montante líquido total de R\$ 38 milhões foi pago em 26 de junho de 2013, correspondendo a R\$ 0,04623811 por ação ordinária, comparado aos R\$ 45 milhões pagos em 30 de junho de 2012, correspondendo a R\$ 0,06595601 por ação ordinária. De acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber a título de dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro anual líquido (lucro líquido atribuído aos proprietários da Controladora) ajustado pelos seguintes itens: (i) constituição da reserva legal; (ii) movimentações na provisão para contingências; (iii) reserva de incentivos fiscais; e (iv) realização da reserva de lucros a realizar. O dividendo mínimo obrigatório calculado sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de março de 2014 que será proposto à Assembleia Geral está apresentado a seguir:

22.1.3 Outros ativos financeiros:

	Circulante	31/03/2013 (reapresentado)	Não circulante	31/03/2013 (reapresentado)
(Em milhões de R\$)				
Impostos a recuperar	237	234	105	43
Ativos financeiros dados em garantia	19	18	-	-
Derivativos	19	47	2	74
Depósito pago	2	2	7	67
Pagamentos antecipados	47	35	-	-
Contas a receber de clientes e outras > 1 ano	-	-	84	103
Contas a receber referentes a alienação de ativos	-	-	52	53
Valores a faturar	50	28	-	-
Outros	103	144	15	6
Total	477	508	332	272

22.2 Passivos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
31/03/2014 (Em milhões de R\$)				
Caixa e equivalentes de caixa	682	893	-	-
Contas garantidas (classificadas como passivo financeiro circulante)	(216)	(412)	-	-
Caixa líquido	466	481		

22.2.1 Contas a receber: Em 31 de março de 2014 e 2013, as contas a receber de clientes estavam assim apresentadas:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Contas a receber de clientes	662	942
Provisão para devedores duvidosos	(24)	(22)
Contas a receber de clientes, líquidas	638	920

22.2.2 Passivos financeiros: As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
31/03/2014 (Em milhões de R\$)		
Financiamentos de curto prazo	22.2.1	22.2.1
Contas a pagar a fornecedores	27.2	15
Passivos financeiros com partes relacionadas - circulante	22.2.3	441
Outros passivos financeiros - circulante	22.2.3	2.786
Total de outros passivos financeiros circulantes	2.786	11
Financiamentos de longo prazo	22.2.1	2.617
Passivos financeiros com partes relacionadas - não circulante	22.2.3	30
Outros passivos financeiros - não circulante	22.2.3	372
Total do passivo financeiro não circulante	3.039	11
Total a valor contábil (reapresentado)	5.825	11

22.2.3 Outros passivos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Impostos a recuperar	237	234	105	43
Ativos financeiros dados em garantia	19	18	-	-
Derivativos	19	47	2	74
Depósito pago	2	2	7	67
Pagamentos antecipados	47	35	-	-
Contas a receber de clientes e outras > 1 ano	-	-	84	103
Contas a receber referentes a alienação de ativos	-	-	52	53
Valores a faturar	50	28	-	-
Outros	103	144	15	6
Total	477	508	332	272

22.2.3 Outros passivos financeiros:

(Em milhões de R\$)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)	31/03/2014	31/03/2013 (reapresentado)
Impostos a recuperar	237	234	105	43
Ativos financeiros dados em garantia	19	18	-	-
Derivativos	19	47	2	74
Depósito pago	2	2	7	67
Pagamentos antecipados	47	35	-	-
Contas a receber de clientes e outras > 1 ano	-	-	84	103
Contas a receber referentes a alienação de ativos	-	-	52	53
Valores a faturar	50	28	-	-
Outros	103	144	15	6
Total	477	508	332	272

(Milhões de R\$)

	Principal	Juros	Total
31/03/2014			
Impostos federais (PI/PIS/COFINS)	119	123	242
ICMS	1	-	1
Total REFIN e PAES a pagar	120	123	243

(Milhões de R\$)

	Principal	Juros	Total
31/03/2013 (reapresentado)			
Impostos federais (PI/PIS/COFINS)	129	124	253
ICMS	2	1	3
Total REFIN e PAES a pagar	131	125	256

22.3 Derivativos:

(Em milhões de R\$)	Valor justo		Valor justo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
31/03/2014 (reapresentado)				
Derivativos de taxas de juros	-	-	15	-
Derivativos cambiais	1	-	4	21
Derivativos de commodities	11	-	9	-
Total:	19	2	28	12

23. VALOR JUSTO

O valor justo dos ativos e passivos financeiros aproxima-se ao seu valor contábil, exceto para empréstimos, cujo valor justo é de R\$ 4.293 milhões em 31 de março de 2014. O valor justo é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, que não em uma venda forçada ou uma liquidação. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos: • O valor justo de caixa e equivalentes de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes do Grupo a possíveis variações nos respectivos pares de moedas (EUR/USD, EUR/GBP, USD/BRL). A análise de sensibilidade foi preparada considerando razoável uma variação de 10% a partir de observações gerais de mercado. Todas as demais variáveis permaneceram constantes. Os impactos dos diferentes cenários são apresentados na demonstração do resultado, à exceção daqueles sobre derivativos contabilizados como hedge de fluxo de caixa, cujos impactos seriam registrados em outros resultados abrangentes. 24.1.3 Gestão de risco de commodities: Para fins de hedge contra o risco de preços de commodities, diversas empresas do Grupo, dependendo de suas atividades, podem adquirir e vender contratos de commodities a termo. As commodities negociadas são: açúcar bruto e açúcar refinado para a Guarani, representando seus produtos finais; trigo e milho para a Tereos Syral, representando a base de matérias-primas para a produção de seus produtos finais. Os principais derivativos são designados como hedge de fluxo de caixa. As transações envolvendo commodities são contratadas no âmbito das subsidiárias e revisadas pelos Comitês para Gestão do Risco de Commodities no âmbito da Guarani e da Tereos Syral. Os valores nominais dos instrumentos derivativos de commodities, por vencimento, são demonstrados a seguir:

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Futuros, em hedge de fluxo de caixa em negociação, Total commodities. Sub-headers: Inferior a 1 ano, 1-5 anos, Superior a 5 anos, Total, Valor Justo.

* Sensibilidade na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes:

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Valor Nominal, Impactos em um cenário provável +10% -10%, Impactos em um cenário possível +25% -25%, Impactos em um cenário estressado +50% -50%.

Derivativos de açúcar: Negociação (impacto no resultado), Hedge de fluxo de caixa (impacto no patrimônio), Total impacto de açúcar. Derivativos de cereais: Negociação (impacto no resultado), Hedge de fluxo de caixa (impacto no patrimônio), Total impacto de cereais.

Os itens contemplados na análise referem-se exclusivamente ao valor justo dos instrumentos derivativos de commodities. O Grupo não incluiu nesta análise quaisquer compromissos que não tenham sido registrados nas demonstrações financeiras. A tabela anterior mostra a sensibilidade na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes do Grupo a possíveis variações nos preços das commodities. A análise baseia-se nos contratos futuros de milho e trigo e de açúcar bruto e açúcar refinado. A análise de sensibilidade foi preparada considerando razoável uma variação de +10% a partir de observações gerais de mercado. Todas as demais variáveis permaneceram constantes. Os impactos dos diferentes cenários são apresentados na demonstração do resultado, à exceção daqueles sobre derivativos de commodities contabilizados como hedge de fluxo de caixa, cujos impactos seriam registrados em outros resultados abrangentes. 24.1.4 Gestão de risco de energia: Para fins de hedge contra a exposição ao risco de energia, diversas empresas do Grupo, dependendo de suas atividades, contratam instrumentos derivativos de energia. Em 31 de março de 2014, não havia quaisquer derivativos de energia na carteira do Grupo. 24.2 Gestão de risco de liquidez: O Grupo capta seus recursos financeiros predominantemente por meio de empréstimos bancários de curto, médio e longo prazos, conforme descrito acima, e, em menor grau, por meio de programa de factoring de médio prazo no âmbito da Tereos EU. Na Europa, os vencimentos do principal são vinculados às linhas amortizáveis dos empréstimos a prazo efetuados pela Tereos EU por meio de consórcio de bancos, com vencimento final em junho de 2017. O contrato também prevê uma linha de crédito rotativo disponível pelo mesmo período que o do empréstimo a prazo. No âmbito da Tereos EU, linhas de crédito bilaterais de médio e curto prazos também estão disponíveis, assim como um programa de factoring com vencimento final em 2014. A política do Grupo consiste em realizar investimentos do caixa disponível apenas em depósitos bancários ou em fundos líquidos do mercado aberto. Os fluxos de caixa contratuais não descontados (amortizações de principal e juros e vencimento final) sobre o montante em aberto dos passivos financeiros e derivativos por data de vencimento são:

Table with columns: 31/03/2014, Principal, Compromisso de pagamento de juros fixos, Compromisso de pagamento de juros flutuantes, Total de passivos não derivativos, Derivativos, Fluxos líquidos em swap, Total de derivativos, Total de compromissos de pagamento de juros incluídos derivativos (Em milhões de R\$).

24.3 Gestão de risco de crédito: O Grupo está sujeito a risco de crédito em virtude de suas atividades operacionais, com menor exposição a instrumentos financeiros. 24.3.1 Exposição de contas a receber de clientes ao risco de crédito: Contas a receber de clientes vencidas estão demonstradas a seguir:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (Reapresentado), Contas a receber de clientes, A vencer, Vencidas, De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Mais de 360 dias, Provisão para devedores duvidosos, Total.

24.3.2 Exposição de derivativos ao risco de crédito: Detalhamento dos derivativos por contrapartes:

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Nome da contraparte, Tipo do derivativo, Referência, Local de negociação, Valor nominal, Valor justo. Includes entries for Citibank, Deutsche Bank, Itaú BBA, Santander, Morgan Stanley, Bank of America, KBC, BNP Paribas, CACIB, HSBC, Natixis, Rabobank, Société Générale, CIC, Bradesco, JP Morgan, Banco de Brasil, Banco do Peru, Banco BTG Pactual, Banco de Crédito do Brasil, Banco BTG Pactual, Banco de Crédito Agrícola-CANÊ, Macquarie, Joffrey, Sucden, Newedge.

Detalhamento por tipo de instrumento derivativo: (Em milhões de R\$) Em 31/03/2014, Swaps básicos de taxa de juros, Swaps estruturados de taxa de juros, Contratos de NDF, Contratos futuros - commodities, Empréstimos em USD classificados como hedge de fluxo de caixa, Total.

Detalhamento por rating: (Em milhões de R\$) Em 31/03/2014, A+, A-, AA-, BBB, BBB-, Não classificado, Total.

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

Compromissos assumidos: Garantias dadas a terceiros, Ativos objeto dos compromissos, Arranjos operacionais. • Garantias: As garantias concedidas a terceiros incluem: - garantias em favor das autoridades francesas para fins agrícolas; - garantias em favor da alfândega francesa; • Ativos cobertos pelos compromissos: Como garantia para o programa REFIN, o Grupo hipotecou propriedades, instalações, maquinário e equipamentos no valor de R\$ 157 milhões (ver item 22.2.3 - Outros passivos financeiros). • Arranjos operacionais: A Guarani firmou contratos de arrendamento de propriedades rurais de terceiros para produção de cana-de-açúcar. Esse contrato está vigente para o atual ciclo de produção de cana-de-açúcar, por mais seis anos (2º ciclo) e, finalmente, por outro período de seis anos (3º ciclo), com direito à renovação pela Companhia para mais um ciclo de produção e para mais ano adicional. Dessa forma, esses contratos podem vigorar até 15 de dezembro de 2026.

26. LITÍGIOS

No curso normal dos negócios, o Grupo está envolvido em vários processos administrativos e judiciais. Os custos que podem resultar desses processos somente são provisionados quando for provável que um passivo será incorrido e quando o valor desse passivo puder ser quantificado ou estimado em uma faixa razoável. O valor das provisões registradas é baseado na avaliação individual da probabilidade de perda, sendo que os eventos que ocorram no decorrer dos processos judiciais podem exigir uma reavaliação desse risco. A tabela seguinte apresenta um resumo dos litígios com perda provável e possível envolvendo o Grupo:

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Número de ações, Provisão, 31/03/2013 (reapresentado), Número de ações, Provisão. Sub-headers: Provável, Possível, Ações com possível perda.

Em 31 de março de 2014, as provisões, no total de R\$48 milhões (em comparação com R\$40 milhões em 31 de março de 2013), foram reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo para cobrir todos os litígios nos quais o Grupo tenha uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo que benefícios econômicos provavelmente serão exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável de seu valor possa ser feita. O Grupo não fornece detalhes sobre cada provisão, pois acredita que sua divulgação individual possa prejudicar o desempenho. O aumento das reclamações com provisões pelas relacionadas com o ICMS é devido às diferenças existentes entre a produção e as vendas registradas em 2009 e 2010. A Administração não tem conhecimento de litígios com riscos significativos que possam afetar o resultado ou a posição financeira e patrimonial do Grupo e que tenham sido provisionados em 31 de março de 2014. Os litígios estão aqui descritos com base em nosso melhor conhecimento na data destas demonstrações financeiras consolidadas. Trabalhistas: As subsidiárias brasileiras do Grupo são parte em ações trabalhistas. As principais reclamações desses processos são: (i) horas extras decorrentes do rodízio de turnos; (ii) horas em itinere; (iii) hora extra durante horário de almoço; (iv) adicional por insalubridade e adicional de periculosidade; e (v) indenização em decorrência de acidentes de trabalho. O risco de perda nesses casos está geralmente relacionado aos fatos envolvidos em cada caso. As provisões foram constituídas com base na avaliação individual de cada caso no valor total de R\$ 21 milhões em 31 de março de 2014. Ambientais - Brasil: (i) danos ambientais decorrentes de intervenção constante no meio ambiente e pode, eventualmente, afetar a causadora de áreas de conservação permanente, águas subterrâneas ou de superfície, ou, ainda, causar poluição do ar. O Grupo atualmente é parte em processos administrativos e judiciais recorrentes, relacionados com a queima de cana-de-açúcar não expressamente permitida pela legislação local. Nesses casos, as autoridades ambientais têm optado por impor sanções ao Grupo unicamente com base no fato de que o Grupo comprou ou colheu cana-de-açúcar após a queima. De acordo com o melhor entendimento do Grupo, não foi identificado nenhum processo significativo. Em 31 de março de 2014, o Grupo constituiu provisões no montante de R\$ 5 milhões. Ambientais - Ilha da Reunião (La Réunion): A administração francesa exigiu que duas unidades fabris cumprissem a nova regulamentação relativa aos resíduos. Os custos de remoção do amianto foram estimados em R\$ 5 milhões. A remoção começou e o valor residual provisionado em 31 de março de 2014 é de R\$ 4 milhões. Cíveis ou comerciais: A Syral está envolvida em um processo pela suposta violação de uma das patentes de suas concorrentes. O processo foi originalmente instaurado pela Rockette contra a Tate & Lyle em relação aos ativos da TALFIE, que foram posteriormente vendidos à Syral. A Rockette solicitou indenização preliminar de R\$ 1,1 milhão por danos, bem como uma liminar sobre qualquer nova violação. O valor exato do processo será determinado por um perito independente caso a sentença final em juízo seja contra nós. Não esperamos que este processo venha a causar efeito substancial adverso em nossos negócios. Tributários: O Grupo é parte em diversas reclamações tributárias, envolvendo principalmente: (i) créditos de ICMS relativos ao consumo de diesel combustível ligado ao plantio e colheita de cana-de-açúcar; (ii) créditos de PIS/COFINS com documentação insuficiente; (iii) encargos sociais relativos às exportações realizadas por intermédio de empresas comerciais (exportação indireta); (iv) PIS/COFINS (não cumulativos) sobre etanol; (v) compensação de PIS com créditos judiciais; (vi) isenção da multa no caso de denúncia espontânea em que a possibilidade de ganho da causa era avaliada como possível e para a qual nenhuma provisão foi registrada; e (vii) ICMS devido a variações relatadas entre a produção e as vendas. Em 28 de abril de 2014, a Companhia recebeu um novo auto de infração de ICMS, referente a movimentações de mercadorias supostamente desacompanhadas de nota fiscal no total de R\$ 125 milhões.

27. PARTES RELACIONADAS

A Tereos U.C.A. é a controladora final da Tereos Franco, Tereos Participations, Tereos Apro, Tereos Finance e Océan Indian Participations. 27.1 Transações operacionais com partes relacionadas: Foram realizadas transações com as seguintes empresas:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Entidades controladoras do Grupo c/Tereos Participations, Entidades com influência significativa sobre uma subsidiária do Grupo b/Petrobras Distribuidora, Coligadas do Grupo Tereos f/Refinaria de Olmedo, Entidades sob controle comum h/Tereos Sucres, a/Tereos Apro, a/Tereos France, a/Tereos Bioethanol d/Tereos Alcools, f/Comasucar, Empreendimentos controlados em conjunto e/Sedalcol France, e/Sedalcol UK, e/Uniglad, e/Sedalcol EU, e/Sedalcol UK, g/Vertente (Em milhões de R\$).

Período de 12 meses findo em: Vendas, Compras. 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado).

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Entidades sob controle comum a/Tereos Apro, a/Tereos France, a/Tereos Bioethanol d/Tereos Alcools, f/Comasucar, Empreendimentos controlados em conjunto e/Sedalcol France, e/Sedalcol UK, e/Uniglad, e/Sedalcol EU, e/Sedalcol UK, g/Vertente (Em milhões de R\$).

Entidades sob influência significativa sobre uma subsidiária do Grupo b/Petrobras Distribuidora: 31/03/2014, 31/03/2013.

Entidades sob controle comum a/Tereos Apro, a/Tereos France, a/Tereos Bioethanol d/Tereos Alcools, f/Comasucar, Empreendimentos controlados em conjunto e/Sedalcol France, e/Sedalcol UK, e/Uniglad, e/Sedalcol EU, e/Sedalcol UK, g/Vertente (Em milhões de R\$).

Tereos Franco, Tereos Bioethanol e Tereos Apro realizam transações de compra e venda com a Tereos BENP e BENP. • A Tereos BENP celebrou contrato de comissão de vendas, vigente a partir de 1º de janeiro de 2007, com a Tereos Franco, segundo o qual a Tereos BENP foi nomeada agente de vendas para todo o etanol produzido pela Tereos Franco. A Tereos BENP é remunerada a preço fixo por hectolitro de etanol entregue. O contrato permaneceu em vigor até 30 de setembro de 2013. • Em 9 de setembro de 2013, a Tereos Bioethanol celebrou contrato de comissão de vendas com a Tereos BENP, segundo o qual a Tereos Bioethanol foi nomeada agente de vendas. A Tereos Bioethanol é remunerada a preço fixo por hectolitro de etanol entregue. O contrato permaneceu em vigor até 30 de setembro de 2014. • A Tereos BENP celebrou contrato de fornecimento em 9 de março de 2010, segundo o qual vários fornecedores de cereais, inclusive a Tereos Franco, comprometeram-se a fornecer à Tereos BENP 760.000 toneladas de cereais a cada ano, de 31 de março de 2010 até 30 de setembro de 2016. Esse contrato foi alterado em 3 de novembro de 2011 e agora prevê o aumento da parcela de cereais que será adquirida em condições de mercado a fim de atingir 100% no decorrer do exercício social 2015/2016. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela das compras efetuadas em condições de mercado representou 45% do total de compras. O mesmo tipo de contrato é aplicado entre Tereos Apro e BENP para fornecimento de cereais para BENP em condições de mercado. b/ Em agosto de 2010, o Grupo Guarani, através da Guarani e suas subsidiárias Andrade Açúcar e Alcool e Vinta Vertente, celebrou contrato com a Petrobras Distribuidora e a Petrobras Biocombustível para fornecimento de etanol hidratado e anidro pelos próximos quatro anos, sendo facultado às partes o cancelamento do contrato após dois anos. No decorrer desse período, a Guarani fornecerá à Petrobras Distribuidora 4,3 milhões de litros de etanol vendidos em condições de mercado. c/ Em 1º de abril de 2010, foi celebrado contrato de prestação de serviços entre as empresas do grupo, tendo a Tereos Participations, na qualidade de prestadora contratada, e Tereos Franco, Tereos Internacional, Tereos Océan Indian, Tereos EU, Tereos Syral, Tereos DVO e Tereos BENP, na qualidade de beneficiárias. O contrato estabelece os termos e as condições segundo os quais a Tereos Participations prestará às beneficiárias certos serviços, especialmente nas seguintes áreas: TI, administrativa, estratégia, seguros, financeira e tesouraria, contabilidade e consolidação, comunicação, desenvolvimento de negócios, jurídica e tributária. Pela prestação dos referidos serviços, a Tereos Participations receberá remuneração correspondente aos custos diretos e/ou indiretos por ela incorridos relativos à prestação dos referidos serviços, mais uma margem de 7%. Em 28 de dezembro de 2002, foi celebrado contrato de prestação de serviços entre a Tereos U.C.A., através da Tereos Participations, sua subsidiária desde a reorganização societária em 2010, na qualidade de prestadora contratada, e a Guarani, na qualidade de beneficiária. O contrato estabelece os termos e as condições segundo os quais a Tereos Participations prestará às beneficiárias certos serviços, especialmente nas seguintes áreas: TI, administrativa, estratégia, seguros, financeira e tesouraria, contabilidade e consolidação, comunicação, jurídica e tributária. Pela prestação dos referidos serviços, a Tereos Participations receberá remuneração correspondente aos custos diretos e/ou indiretos por ela incorridos relativos à prestação dos referidos serviços, mais uma margem de 8%, quando aplicável. d/ Tereos DVO firmou, em setembro de 2006, um contrato de comissão com a Tereos Alcools, subsidiária da Tereos Franco, estipulando uma comissão fixa por hectolitro de álcool vendido. O negócio da Tereos Alcools é a venda de todo o álcool produzido na Europa pelo Grupo Tereos (à exceção do álcool produzido pelas entidades controladas em conjunto) e/ou algumas atividades operacionais (compras e vendas) do Grupo Syral está centralizada em algumas empresas de distribuição e logística. Parte dessas operações é realizada em condições de mercado com joint ventures com Sedamyl, Sedalcol France, Sedalcol UK, Sedalcol UK e Uniglad. Particularmente, a Sedamyl está vendendo sua produção de produtos a base de amido para a Syral Bélgica, empresa de distribuição que vende aos clientes finais. De acordo com as normas IAS 24 e CPC 05, a parte dos fluxos realizada com as coligadas é divulgada nestas demonstrações financeiras. f/ As empresas do Oceano Índico, subsidiárias da Tereos Internacional e Companhia de Sena vendem açúcar bruto, em condições de mercado, para a Refinaria de Olmedo e Comasucar, subsidiárias da Tereos Franco que refinam açúcar para o mercado europeu. g/ Algumas atividades operacionais (vendas e compras) do Grupo Guarani são realizadas com a Vertente (joint venture) em condições de mercado. De acordo com as normas IAS 24 e CPC 05, a parte dos fluxos realizada com a coligada é divulgada nestas demonstrações financeiras. h/ A Syral Bélgica celebrou contrato de fornecimento para compra de açúcar, em condições de mercado, da Tereos Sucres, subsidiária da Tereos Franco. 27.2 Transações financeiras com partes relacionadas: As principais transações financeiras foram realizadas com as seguintes empresas:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Ativos financeiros, Passivos financeiros. Includes entries for Sedalcol France, Sedalcol UK, Sedamyl Services, Sedamyl, Vertente.

Os valores de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado. Em milhões de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado.

i/ Os valores divulgados em 31 de março de 2014 referem-se principalmente aos empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) e correspondem a contas correntes utilizadas para pagar os fluxos operacionais. De acordo com as normas IAS 24 e CPC 05, a parcela de contas correntes com a joint venture é divulgada nestas demonstrações financeiras. Não há montante significativo de juros recebidos ou pagos entre as partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013. Os ativos e passivos financeiros com partes relacionadas são classificados no balanço patrimonial como segue:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Ativos financeiros com partes relacionadas - circulante, Passivos financeiros com partes relacionadas - circulante, Ativos financeiros com partes relacionadas - não circulante, Passivos financeiros com partes relacionadas - não circulante, Total da dívida líquida com partes relacionadas.

27.2 Benefícios ao pessoal-chave da administração: O quadro seguinte apresenta a remuneração paga pela Tereos Internacional S.A. e suas subsidiárias para o pessoal-chave da Administração referente aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2014 e 2013:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Benefícios aos empregados - curto prazo, Benefício de rescisão, Total de benefícios do pessoal-chave da administração.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

28.1 Informações por segmento operacional: As informações financeiras do Grupo baseiam-se nos seguintes segmentos: Brasil: produção de açúcar, etanol e açúcar; Oceano Índico: produção de açúcar na Ilha da Reunião e atividades de trading; Moçambique: produção de açúcar; Amido e adoçantes: produção de amido e adoçantes na Europa, Brasil e China; Alcool-Etanol: produção de álcool e etanol na Europa. Esses segmentos são determinados com base em um mix entre os produtos acabados distribuídos, os processos de fabricação e o ambiente regulatório. Essa segmentação é refletida nos relatórios internos do Grupo, como o principal instrumento para análise pelo Principal Executivo Responsável pelas Decisões Operacionais, permitindo a apresentação de informações financeiras separadas. Cada um dos segmentos definidos pelo Grupo possui recursos próprios, embora os segmentos possam também compartilhar alguns recursos nas áreas de redes e sistemas de informática, de pesquisa e desenvolvimento, bem como apresentar outras competências compartilhadas. A utilização de recursos compartilhados é considerada no resultado do segmento com base nos termos contratuais entre as pessoas jurídicas, em referências externas (benchmarks) ou no ratio de custos entre todos os segmentos. O fornecimento de recursos compartilhados é incluído em outras receitas do prestador dos serviços e o uso dos recursos é incluído nas despesas que devem de base para o cálculo do lucro operacional do tomador dos serviços. O custo dos recursos compartilhados pode ser afetado por mudanças na organização ou relação contratual, podendo, portanto, afetar a divulgação dos resultados do segmento de um ano para outro. O gasto de capital (CAPEX) compreende a aquisição de imobilizado, ativos biológicos definidos como custos de plantio e ativos intangíveis. Ativos e passivos não alocaos incluem: • investimentos em coligadas e ativos financeiros mantidos para venda; • caixa e equivalentes de caixa; • empréstimos de curto e longo prazos; • ativos e passivos de imposto de renda corrente e diferido. Todos os demais ativos e passivos são considerados ativos e passivos operacionais. Os métodos contábeis utilizados como base para apresentação das informações por segmento são os mesmos utilizados na preparação das demonstrações financeiras. As informações por segmento estão resumidas como segue:

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Alcool-Etanol Europa, Amido e adoçantes Brasil, Moçambique, Oceano Índico, Holding, Eliminações, Total. Includes sub-headers: Receita, Receita interna, Receita externa, Lucro bruto, Depreciação do imobilizado, amortização dos ativos intangíveis, Lucro operacional, Equivalência patrimonial, Resultado financeiro líquido, Imposto de renda, Lucro (prejuízo) líquido.

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Alcool-Etanol Europa, Amido e adoçantes Brasil, Moçambique, Oceano Índico, Holding, Total. Includes sub-headers: Fluxos de caixa de atividades operacionais, Fluxos de caixa de atividades de investimento, Fluxos de caixa de atividades de financiamento, Gastos de capital.

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Alcool-Etanol Europa, Amido e adoçantes Brasil, Moçambique, Oceano Índico, Holding, Total. Includes sub-headers: Receita, Receita interna, Receita externa, Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, Período findo em 31/03/2013 (reapresentado), (Em milhões de R\$), Receita, Receita interna, Receita externa, Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Alcool-Etanol Europa, Amido e adoçantes Brasil, Moçambique, Oceano Índico, Holding, Total. Includes sub-headers: Receita, Receita interna, Receita externa, Depreciação do imobilizado, variação devido à colheita e amortização dos ativos intangíveis, Lucro operacional, Equivalência patrimonial, Resultado financeiro líquido, Imposto de renda, Lucro (prejuízo) líquido.

Table with columns: 31/03/2014 (Em milhões de R\$), Alcool-Etanol Europa, Amido e adoçantes Brasil, Moçambique, Oceano Índico, Holding, Total. Includes sub-headers: Fluxos de caixa de atividades operacionais, Fluxos de caixa de atividades de investimento, Fluxos de caixa de atividades de financiamento, Gastos de capital.

Em 31 de março de 2013 (reapresentado) (Em milhões de R\$) Ativos operacionais, Passivos operacionais, Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, Total.

28.2 Informações por região geográfica: A receita e os ativos não circulantes por região geográfica são determinados com base na localização da entidade que realiza a venda e essas informações podem ser resumidas como segue:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Receita de clientes externos (Em milhões de R\$), Europa, América, Oceano Índico, Moçambique, Total, Período findo em, Ativo não circulante* (Em milhões de R\$), Europa, Brasil, Oceano Índico, Moçambique, Total, Período findo em.

* Ativo não circulante inclui imobilizado, ativos intangíveis, ativo biológico, impostos diferidos e ágio. As receitas com base na localização do cliente externo podem ser resumidas como segue:

Table with columns: 31/03/2014, 31/03/2013 (reapresentado), Nome da empresa, % de participação, % do controle, Método de contabilização, % de participação, % do controle, Método de contabilização. Includes entries for Agriocana Rodão, Andrade, Andrade-agricult, Benp, Companhia de Sena, Cruz Alta Participações, Dongyin Yifai Kerry Syral, Starch technology Co., Ltd., Ercane, Eurocane, Geo Utilites, Granochart, Guaraní, Liang Wangvagus, Luaring Yifai Kerry Tereos, Starch technology Co., Ltd., Loiret Espagne, Loiret France, Magnolia, Mascareignes Transport International, Nampwex, São José, São José Agricultura, Sedalcol EU, Sedalcol France, Sedalcol UK, Sedamyl, Sedamyl Services, Sena Holding Limited, Sena Lines, Société Agricole du Nord-Est, Société Maroume Limited, Sodis, Solipa, Sure Austral, Sucrose de Bois Rouge, Sucrose de la Réunion, Sucrose des Mascareignes Ltd., Syral Asia, Syral Belgium, Syral do Brasil, Syral Hialek, Syral Haussimont, Syral Iberia, Syral Itale, Syral UK Services (ex-Tereos Syral UK), Teapar, Tereos Asia Investment, Tereos Benp, Tereos DVO, Tereos EU, Tereos International, Tereos Ocean Indian, Tereos Sena Limited, Tereos Syral, Uniglad, Vertente.

29. ESCOPO DA CONSOLIDAÇÃO

Table with columns: Em 31/03/2014, Em 31/03/2013 (reapresentado), Nome da empresa, % de participação, % do controle, Método de contabilização, % de participação, % do controle, Método de contabilização. Includes entries for Agriocana Rodão, Andrade, Andrade-agricult, Benp, Companhia de Sena, Cruz Alta Participações, Dongyin Yifai Kerry Syral, Starch technology Co., Ltd., Ercane, Eurocane, Geo Utilites, Granochart, Guaraní, Liang Wangvagus, Luaring Yifai Kerry Tereos, Starch technology Co., Ltd., Loiret Espagne, Loiret France, Magnolia, Mascareignes Transport International, Nampwex, São José, São José Agricultura, Sedalcol EU, Sedalcol France, Sedalcol UK, Sedamyl, Sedamyl Services, Sena Holding Limited, Sena Lines, Société Agricole du Nord-Est, Société Maroume Limited, Sodis, Solipa, Sure Austral, Sucrose de Bois Rouge, Sucrose de la Réunion, Sucrose des Mascareignes Ltd., Syral Asia, Syral Belgium, Syral do Brasil, Syral Hialek, Syral Haussimont, Syral Iberia, Syral Itale, Syral UK Services (ex-Tereos Syral UK), Teapar, Tereos Asia Investment, Tereos Benp, Tereos DVO, Tereos EU, Tereos International, Tereos Ocean Indian, Tereos Sena Limited, Tereos Syral, Uniglad, Vertente.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Tereos Internacional S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Tereos Internacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

A Diretoria RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tereos Internacional S.A. em 31 de março de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Reapresentação dos valores correspondentes: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.3 e nº 1.4 às demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de política contábil para a contabilização dos empreendimentos controlados em conjunto e dos benefícios aos empregados, os valores consolidados correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 e na norma internacional IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e na norma internacional IAS 1 (Revisada 2007) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Contador: Jean Carlo Corrêa Sobral - CRC 1SP223722/O-6

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e é, em nossa opinião, está adequada tanto apresentada em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras consolidadas em conjunto, quanto em relação às demonstrações financeiras individuais. A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de março de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes separado, com ênfase similar à deste relatório relacionada à contabilização dos benefícios aos empregados, não contendo nenhuma modificação, datado de 10 de junho de 2014. São Paulo, 10 de junho de 2014. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 Marcelo Magalhães Fernandes Contador CRC nº 1 SP 203310/O-6

